

Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil

BRUNO WILHELM SPECK

Dentro do campo das pesquisas sobre os partidos políticos no Brasil, especificamente após a volta ao multipartidarismo em 1980, a filiação partidária não mereceu muita atenção pelos cientistas políticos. Isto surpreende por dois motivos. Na literatura clássica sobre partidos políticos (Duverger, 1951) o papel dos filiados é o divisor de águas entre o partido de quadros, que conta com um número limitado de militantes ativos, enquanto o partido de massa tem como marca a filiação de grande número de cidadãos, muitos dos quais com um envolvimento limitado com o partido. No debate mais recente (Katz/Mair, 1995) a questão dos laços dos partidos com a sociedade (o “partido no eleitorado”, segundo a classificação de Katz) está umbilicalmente vinculada à filiação partidária. A retração da filiação partidária é tida como sinal de mudança ou até de desaparecimento dos partidos de massa (Mair/Biezen, 2001, Biezen /Mair/Pogundke, 2011).

O segundo fato surpreendente é a ausência de estudos sobre filiação partidária no Brasil a despeito da disponibilidade dos dados na justiça eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral) para o universo dos filiados para o período dos últimos 10 anos.¹ Também existem dados nos *surveys* (*World Values Survey*,

1 Os dados estão disponíveis tanto em formato agregado, com balanços sobre os filiados por município, mês a mês, para o período desde 2002 (nos primeiros anos a periodicidade menor), como também na forma de registro das filiações individuais, indicando a data de entrada no partido.

Latinobarômetro) sobre a frequência e a intensidade da filiação partidária no Brasil para o mesmo período. Estes últimos tem como base amostral a população total, limitando a análise de subamostras de filiados de determinados partidos. Pesquisas mais específicas, representativas para o grupo dos filiados, coletando informações sobre o perfil socioeconômico, o comportamento e opiniões dos filiados ainda não existem no Brasil.²

Suspeitamos que dois motivos contribuíram para o desinteresse pelos dados. Em primeiro lugar, a desconfiança quanto à validade dos dados. Em segundo, a dúvida a respeito da sua relevância. A validade dos dados é questionada porque os registros dos partidos incluiriam pessoas que já faleceram ou mudaram de domicílio. Há também dúvidas quanto às filiações. Muitas novas filiações se dariam à revelia dos próprios filiados, fazendo uso falso de documentos como identidade e título eleitoral de cidadãos. Os dados estariam atrasados, inflados e, no limite, falsificados. A dúvida quanto à relevância da filiação se refere ao significado da filiação para os filiados, os partidos e o seu impacto sobre o processo político. Com exceção de alguns partidos (neste contexto referências ao PT são frequentes) os filiados não entrariam por afinidade programática com as propostas das legendas, não pagariam anuidades e não participariam da vida partidária. As filiações seriam uma mera formalidade, desprovida de significado ou consequências mais profundas.

Este artigo não ignora o primeiro problema. No lugar de descartar qualquer análise identificamos um cuidado maior da justiça eleitoral com a verificação dos registros dos filiados nos últimos anos. Também identificamos os dados sobre as novas filiações como mais confiáveis e concentrarmos parte substancial da análise nestes dados. Por outro lado, a intenção deste artigo é iniciar discussão visando contribuir para responder dúvidas quanto ao significado da filiação partidária no Brasil. A filiação partidária é uma fonte interessante para iluminar a questão do sistema partidário no Brasil. No caso brasileiro, a questão do enraizamento social dos partidos é uma das principais indagações em torno da qual vários estudos sobre o sistema partidário orbitam. Enquanto uma escola adota uma posição crítica a respeito dos vínculos dos partidos com o eleitorado, outros deslocaram o foco para o partido no parlamento. Qual é o retrato dos “partidos no eleitorado” pela ótica da filiação partidária no Brasil? Abordaremos esta questão em três passos. Em primeiro lugar analisamos afiliação partidária com os recursos da estatística descritiva. Em um segundo pas-

2 Para comparação, na Alemanha duas pesquisas de opinião, representativas para todos os partidos políticos, foram conduzidas em 1998 e 2009, com 15 mil entrevistas (Biel, 2005X, Spier et alii, 2011).

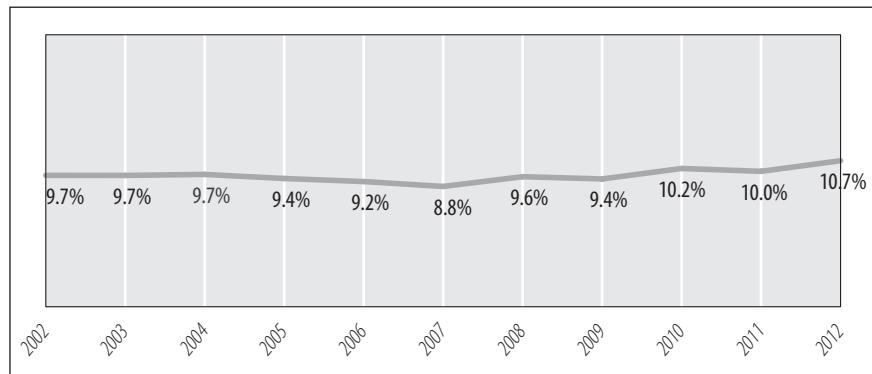


so tentamos inferir motivos e causas da filiação partidária a partir dos dados disponíveis. No terceiro passo olhamos para o impacto da filiação partidária sobre o processo eleitoral. No final voltamos à questão sobre o significado da filiação partidária para os partidos políticos no Brasil.

TAXAS DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOVAS FILIAÇÕES: UM PERFIL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Aproximadamente um entre cada dez eleitores está filiado a um partido político, tomando como referência os dados do TSE sobre a filiação partidária desde 2002 (gráfico 1). São taxas elevadas de filiação, em comparação com outros países. Nas democracias da Europa ocidental, tidos como berço dos partidos de massa, a filiação partidária flutua entre 5-15% (Biezen/Mair/Pogundke, 2011). Diante do senso comum que classifica os partidos brasileiros como pouco enraizados, estas taxas elevadas de filiação são surpreendentes.

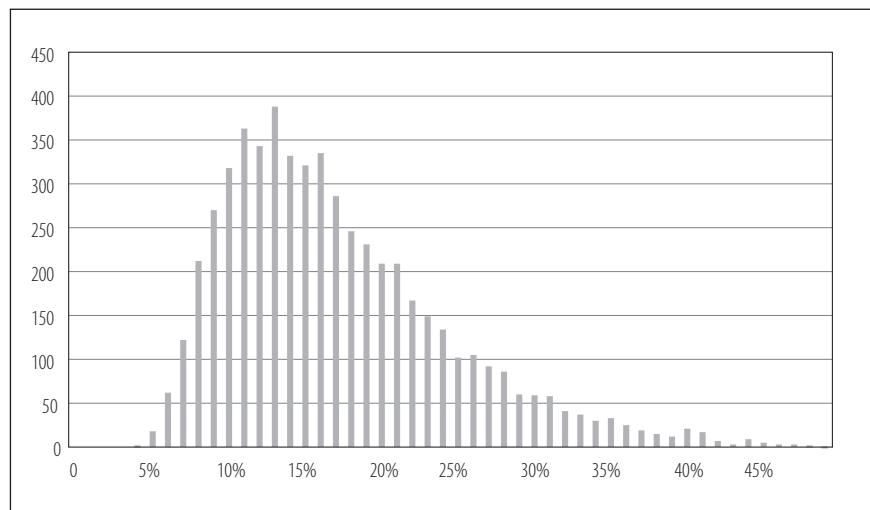
Gráfico I. *Taxa da filiação partidária (filiados/eleitores)
no Brasil entre 2002 e 2012*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.

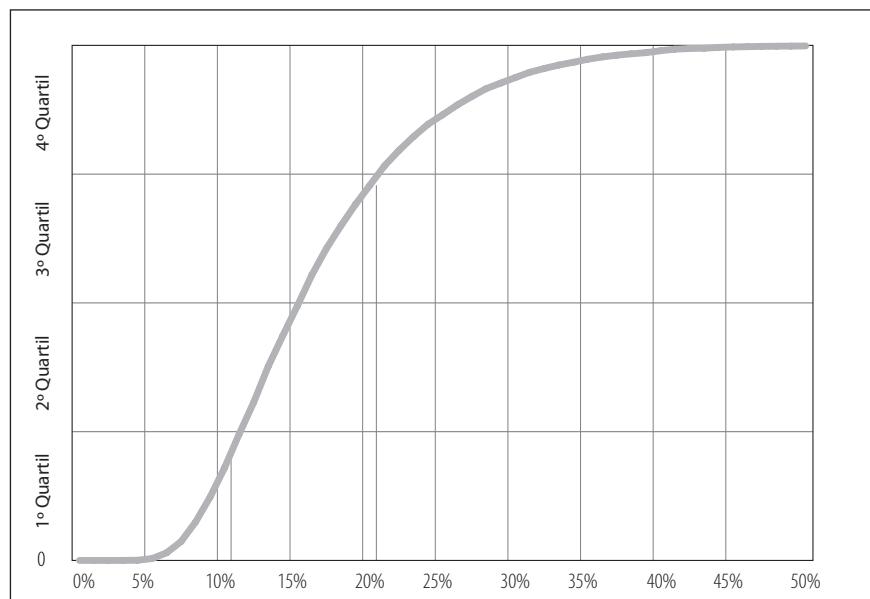
A distribuição da filiação não é uniforme. O gráfico 2 ilustra a variação dos dados para o ano 2012. A média de taxa de filiação é 16,6% e o desvio médio é de 5,8%, para cima e para baixo deste valor. No gráfico seguinte é possível identificar que o primeiro quartil dos municípios tem taxas de filiação partidária de até 11% enquanto no outro extremo 25% dos municípios tem filiação partidária acima de 21%. A taxa mediana é de 15,1%. Isto significa que 50% dos municípios tem taxas de filiação entre 11 e 21%.

Gráfico 2. *Histograma da distribuição das taxas de filiação nos municípios*



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.

Gráfico 3. *Freqüências acumuladas das taxas de filiação partidária nos municípios*

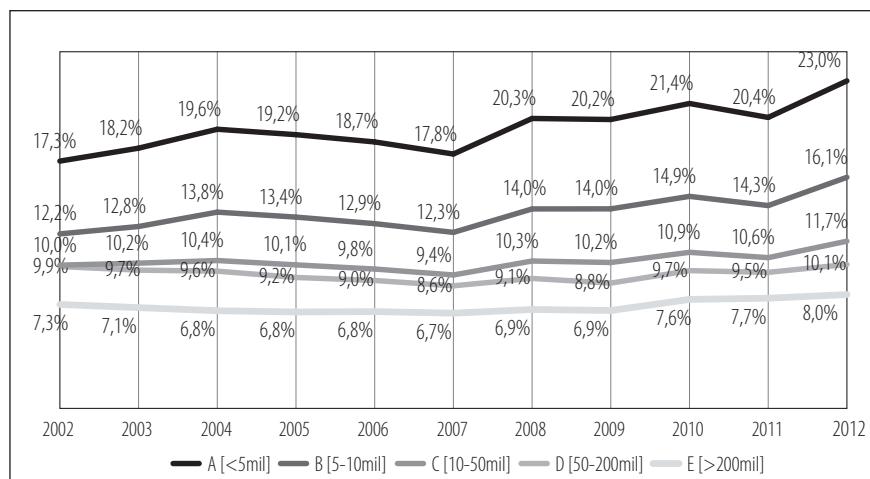


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.



A média das taxas de filiação municipal (16,6%) difere da média nacional (10,7%) porque os municípios pequenos, mais numerosos e pesando mais no cálculo das médias municipais, apresentam padrões diferentes de filiação em relação às cidades grandes. Analisando os dados pela ótica do tamanho dos municípios (gráfico 4), encontramos taxas de filiação mais elevadas nos municípios menores onde a média chega a 24,2%. No grupo dos maiores municípios, com eleições com segundo turno, as taxas de filiação estão mais baixas (9,1%). Estes resultados contrariam a expectativa que as taxas de filiação nas cidades, com cidadãos mais informados e mais politizados, fossem mais expressivas.

Gráfico 4. Taxa média de filiados por tamanho do município

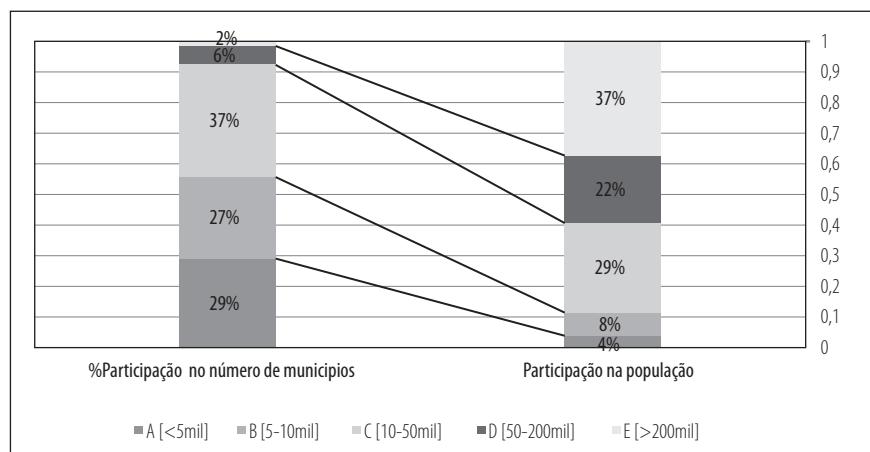


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.

Como dito anteriormente os primeiros dois grupos (até 10 mil habitantes) representam mais da metade (56%) dos municípios, mas totalizam somente 12% da população, enquanto os últimos dois grupos (acima de 50 mil habitantes) reúnem mais da metade da população (59%), em somente 8% dos municípios (gráfico 5).³ No cálculo das médias municipais as taxas de filiação mais altas dos pequenos municípios “puxam” a média para cima.

3 Isto explica o fato que a média nacional da filiação partidária no gráfico 1 está próxima das médias encontradas nestes últimos dois grupos enquanto as médias muito superiores de filiação que encontramos nos municípios menores acabam não pesando no cômputo nacional.

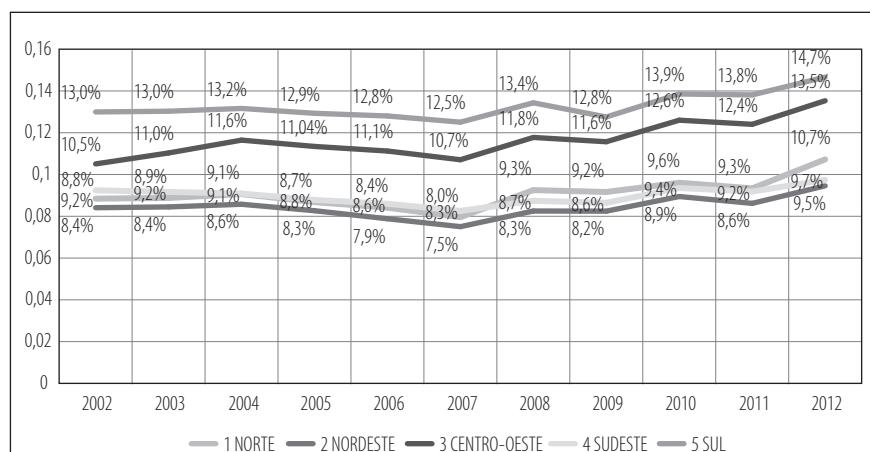
Gráfico 5. A distribuição e o peso dos municípios de diferentes tamanhos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

As taxas de filiação diferem também em função da região onde os municípios se encontram. O gráfico 6 deixa claro que as regiões Sul e Centro-Oeste apresentam as taxas de filiação mais altas de filiados. Um em cada sete eleitores está registrado como filiado a um partido político. Em contraste, as outras três regiões têm taxas de filiação mais baixas, com somente um em cada dez eleitores filiados a um partido.

Gráfico 6. Taxa média de filiados por região do município

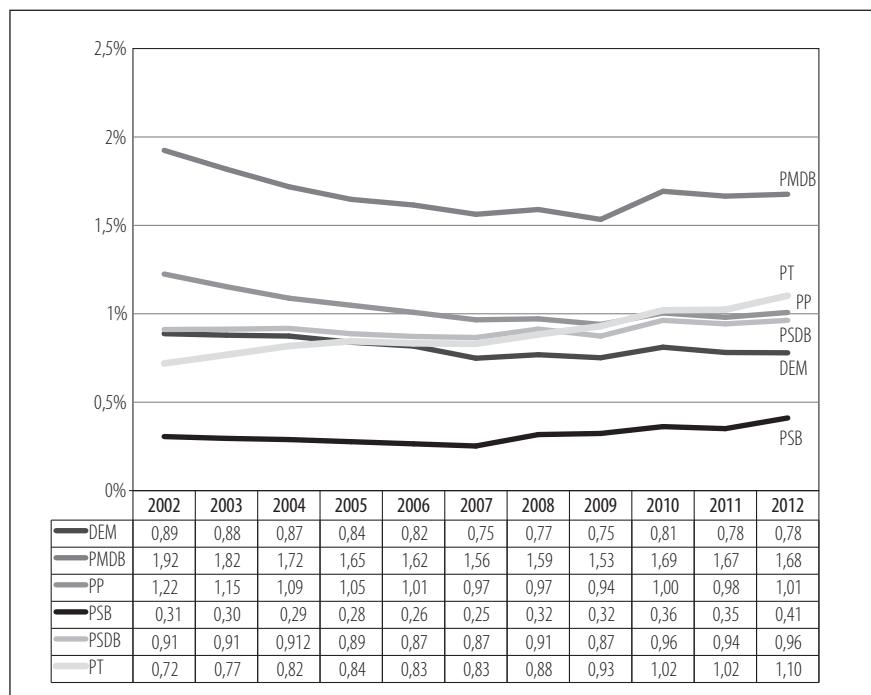


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.



Mesmo que a taxa de filiação na população esteja relativamente constante, há bastante movimento entre os partidos. É o que observamos no gráfico 7, que mostra as tendências de filiação dos seis maiores partidos no período dos últimos dez anos. Observamos taxas de queda acentuada de filiação no caso do PMDB, do PP e do DEM. Por outro lado as siglas PSDB, PSB e PT conseguiram incrementar a taxa de filiados. O crescimento foi baixo no caso do PSDB, moderado no caso do PSB e acentuado no PT.

Gráfico 7. Filiação partidária de alguns partidos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE sobre filiação agregada por município.

AS NOVAS FILIAÇÕES NO CONTEXTO DA DISPUTA ELEITORAL

Os registros dos filiados dos partidos nos municípios são regularmente atualizados. O balanço dos filiados por município, levando em conta as entradas e saídas dos filiados, é atualizado mensalmente. Uma análise mais detalhada revela que as entradas de novos filiados são registradas mais regularmente que as saídas. Também há controles mais sistemáticos sobre a consistência dos

registros dos filiados por parte do TSE a partir dos últimos anos. A justiça eleitoral se empenha em manter os registros dos filiados atualizados, tanto a respeito da exclusão de eventuais falecimentos, mas também sobre a dupla filiação. Estas observações não dissipam as dúvidas quanto à veracidade dos registros de filiação. Porém, as possíveis fraudes precisam de certa sofisticação, incluindo dados detalhados a respeito da identidade e registro eleitoral dos filiados. Estas informações sugerem que os dados mais recentes e os registros das novas filiações merecem mais credibilidade do que os dados sobre o estoque dos filiados, estes eventualmente incluindo eleitores falecidos ou não mais pertencentes aos partidos.

A análise acima sugere um olhar mais detalhado sobre as novas filiações nos últimos anos.⁴ Elas não estão sujeitas à dúvida de representarem arquivos mortos. Para além da questão da validade dos dados há outra razão para voltar o olhar para as novas filiações. Na ausência de *surveys* específicos com filiados que podem fornecer informações detalhadas sobre os motivos da filiação as informações registradas na justiça eleitoral podem dar pistas sobre o porquê e o contexto no qual se dá a filiação a um partido político. A pista mais valiosa nos registros da justiça eleitoral é a informação sobre a data da filiação. Em seguida elaboramos algumas hipóteses que vinculam o momento da filiação a determinados motivos pela aproximação entre filiados e partidos.

Poderíamos especular que as filiações durante a fase da campanha eleitoral nas ruas (junho até setembro do ano eleitoral) representam a capacidade dos partidos recrutarem cidadãos para apoio durante a campanha eleitoral. Em contraste, os filiados que procuram os partidos após a decisão eleitoral e durante os primeiros meses do novo mandato (outubro do ano eleitoral a março do ano seguinte) seriam filiações vinculadas à oportunidade de usufruir as vantagens vinculadas aos cargos dos eleitos. Poderíamos caracterizar o primeiro tipo como filiação idealista e o segundo como filiação oportunista. Em seguida analisaremos as novas filiações sob esta perspectiva do horizonte temporal para descobrir até que ponto estas especulações tem fundamento nos dados.

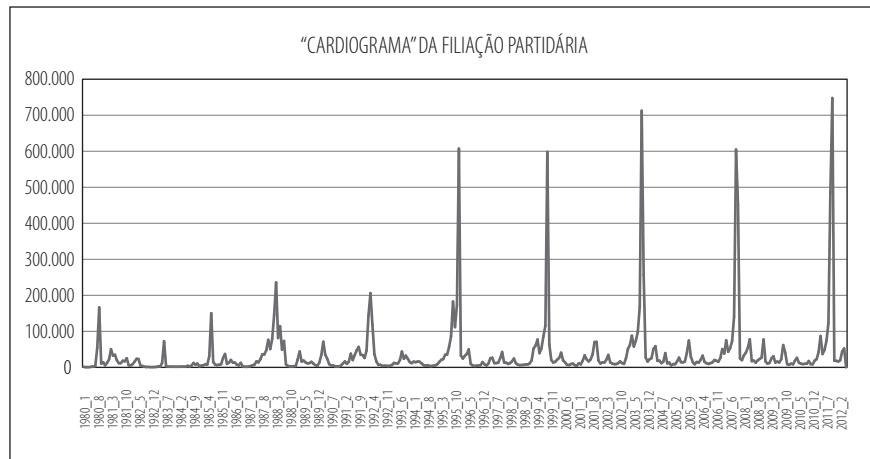
O gráfico 8 que representa os dados das novas filiações, mês-a-mês, nos últimos 30 anos, revelam padrões de regularidade interessantes. Este “cardio-

⁴ Além da base sobre a filiação agregada o TSE disponibiliza os registros das filiações individuais. Estes incluem informações sobre o filiado e o partido, além das datas de entrada dos filiados. Em resposta à crítica que os registros de filiação são desatualizados e contém muitos nomes de eleitores que já estiveram filiados, mas deixaram de sê-lo, analisamos os dados sobre os novos ingressos nos partidos políticos.



grama da filiação partidária” revela padrões sazonais bastante claros, repetidos em ciclos de quatro anos. Os picos de filiação a cada quatro anos sugerem que a dinâmica das novas filiações esteja vinculada às disputas eleitorais, realizadas nos mesmos interstícios.

Gráfico 8. Novas filiações por ano, desde 1980



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE sobre a filiação individual.

O gráfico 9, limitado aos quadriênios 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011 deixa este padrão mais claro. Nele retratamos o número absoluto de novas filiações, mês a mês, de todos os partidos. O gráfico organiza as filiações mensais no período de quatro anos, sobrepondo os períodos de 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011. Assim, as filiações de janeiro 2000, janeiro 2004 e janeiro 2008 aparecem lado a lado, seguidas das filiações em fevereiro dos anos 2000, 2004 e 2008, até completar 48 meses cobrindo o período de quatro anos.

Este gráfico permite afirmar que as filiações se repetem mês-a-mês, num ciclo de quatro anos. Porém, os picos de filiação não acontecem nem no período pré-eleitoral, previsto na nossa hipótese sobre a motivação idealista, nem no período pós-eleitoral até os meses após a diplomação dos eleitos, na hipótese da motivação oportunista da filiação. De fato, nenhum dos picos de filiação cai no período entre junho do ano eleitoral até março do ano pós eleitoral.⁵

5 Somente durante as eleições municipais de 2008 observamos um pico de filiação em novembro, imediatamente após o mês da eleição.

Porém, há taxas de filiação elevadas também em outros momentos. Nos anos com eleições municipais (2000/2004/2008) observamos um primeiro crescimento das filiações nos primeiros meses até abril. Nos anos entre a eleição municipal e a eleição nacional (2001/2005/2009), observamos outro crescimento das taxas de filiação em setembro e outubro. Nos dois anos seguintes os padrões de filiação se repetem. Observamos um leve crescimento de novas filiações em 2002/2006/2010 de janeiro a abril. Nos anos anteriores às eleições municipais (2003/2007/2011), o padrão anterior se repete, com um pico das novas filiações em setembro e outubro. A diferença está na amplitude desta corrida para os partidos políticos. Enquanto no pico anterior (2001/2005/2009) as novas filiações ficaram abaixo de 80 mil novos filiados por mês, agora observamos entre 500 e 600 mil novas filiações mensais, nos meses de setembro/outubro. Estes dados contabilizam os novos filiados de todos partidos.

Como explicar estes ciclos de filiação, que estão vinculados ao calendário eleitoral, porém, não da forma prevista? Precisamos olhar novamente para o calendário eleitoral. Ambas as filiações estão vinculadas à definição das candidaturas dentro dos partidos, mais do que à campanha eleitoral das eleições populares. As taxas de filiação elevadas nos primeiros meses do ano eleitoral antecedem a realização das convenções partidárias dos partidos. Mesmo que alguns partidos estabeleçam prazos mínimos de filiação para permitir que novos filiados votem, esta data parece ter significado especial. A nossa hipótese é que estas convenções partidárias são um motor da filiação partidária.

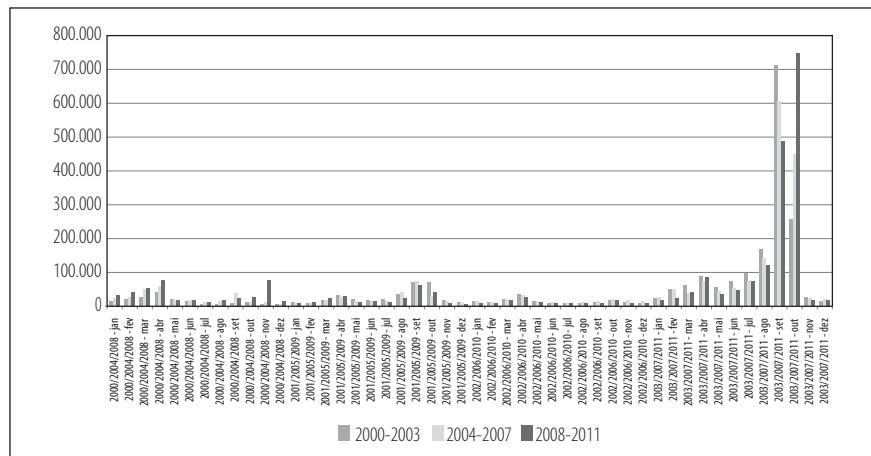
Para explicar o pico nos anos não eleitorais, este mais expressivo entre todas as fases de filiação elevada, lembramos que a legislação eleitoral de 1997 exige que os candidatos nas eleições gerais estejam filiados pelo menos por um ano aos partidos políticos pelos quais se candidatam. Parece razoável supor que o plano de disputar eleições ou de apoiar candidatos que disputam eleições seja um dos principais motores da filiação partidária.

O fato que este pico de filiação é muito maior no ano que antecede as eleições municipais e menos expressivo antes das eleições nacionais corrobora a hipótese. Enquanto nas eleições nacionais o número total de candidatos para todos os cargos gira em torno de 20 mil, nas eleições municipais estamos falando de 300-500 mil candidatos. Esta diferença poderia explicar que os padrões de concentração do recrutamento partidário nos meses setembro/outubro do ano pré-eleitoral sejam similares, mas a intensidade do fenômeno é diferente para eleições gerais e eleições municipais, em função do número maior de candidatos envolvidos nestas últimas.



As nossas hipóteses iniciais, da filiação partidária oportunista ou idealista, foram substituídas pelas hipóteses da filiação para criar a possibilidade de concorrer por um mandato político (no caso das filiações um ano antes do pleito) e do apoio a candidatos durante as convenções partidárias (em relação às filiações anteriores às convenções partidárias).

Gráfico 9. *O ciclo quadrienal das novas filiações mensais*



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE sobre a filiação individual.

Verificaremos em seguida se estas novas hipóteses resistem a algumas provas de consistência. Se as eleições em 2012 forem responsáveis pelas ondas de filiação em setembro e outubro do ano 2011, seria interessante saber se as eleições para prefeito tem algum impacto ou se o motor da filiação é exclusivamente a eleição para vereador, que pesa pelo mero número de vagas. Mais especificamente, os números de novas filiações estão relacionados ao número de vagas a vereador nos respectivos municípios? Uma pergunta subsequente seria se esta relação se dá da mesma forma em todos os partidos.

Analizando os dados referentes às filiações durante o ano 2011 que antecede as eleições municipais de 2012 percebemos que a filiação partidária é influenciada pelo número de candidatos a vereador que cada partido postula. Na tabela 1 calculamos a porcentagem de eleitores que foi recrutada no ano 2011, sendo a maior parte em setembro e outubro, como vimos mais acima. Cada partido recruta em média 0,13 eleitores nesta fase preparatória das eleições, algo próximo de 3% da população apta a votar se somarmos todos os partidos. Mas a distribuição não é uniforme, como mostra a tabela 1. As novas

filiações variam em função do número de candidatos que os partidos postulam para cada vaga. Para analisar esta dimensão classificamos os partidos em três grupos. No primeiro grupo estão os partidos que não postularam nenhum candidato para a Câmara de Vereadores. Os outros grupos representam os partidos que postularam até 50% de candidatos (baixo) em relação às vagas disponíveis na Câmara, e acima de 50% (alto). Além da questão da densidade de candidaturas para a Câmara de Vereadores também separamos os partidos que postularam candidatos para prefeito dos outros que não tiveram candidatos para a prefeitura.

Nas colunas os municípios são separados por tamanho. É importante lembrar que os dados das novas filiações já foram ponderados pelo tamanho dos municípios, uma vez que representam o número de novas filiações por cada 100 eleitores. A separação dos municípios por tamanho permite responder se, além dos outros fatores, o contexto urbano influencia a taxa de filiação. A última coluna indica o número de casos (cada partido em um município representa um caso) em cada categoria. Contamos com 38 mil partidos em municípios sem candidatos a vereador, 45 mil partidos com número baixo de candidatos e 40 mil com número alto de candidatos (última coluna da tabela 1). Dentro destas categorias, o número de partidos que apresentam candidatos à prefeitura é maior no último grupo.

Os resultados descritivos desta análise ilustram a importância dos três fatores analisados para explicar a entrada de novos filiados um ano antes das eleições. Em primeiro lugar as candidaturas a vereador importam. A taxa de recrutamento de novos filiados pelos partidos sem candidatos à Câmara de Vereadores é a mais baixa, com 0,02% novos filiados por eleitor registrado (penúltima coluna da tabela 1). O padrão de filiação salta para 0,14% quando os partidos apresentam um número baixo de candidatos. A filiação dobra outra vez quando passamos para os partidos que apresentam alto número de candidatos para a Câmara de Vereadores. Quanto mais candidatos por vaga na Câmara, maior a taxa de filiação.

No caso dos partidos que postularam candidatos a prefeito estes respectivos números de filiação aumentam outra vez. Para os partidos que apresentaram candidatos às prefeituras sem disputar vagas na Câmara a taxa sobe de 0,02% para 0,11% novos filiados. Nos casos de números baixos ou altos de candidatos à Câmara, a disputa da prefeitura pelo mesmo partido aumenta as taxas de filiação, porém em menor medida.

Os padrões de filiação também mudam em função do tamanho dos municípios. Nos municípios até 5 mil eleitores (última linha da tabela 1) cada



partido recruta 0,29% novos filiados entre cada 100 eleitores. Porém, estas taxas caem rapidamente na medida em que os municípios aumentam de tamanho. Este padrão diferenciado de filiação para municípios de diferentes tamanhos se repete em todos os subgrupos, combinando as candidaturas a vereador e a prefeito.

Tabela I. *Novas filiações no período de 2008 a 2012 e as candidaturas na eleição de 2012 pela ótica dos municípios*

Apresentação de candidaturas	Tamanho do Município						
	< 5 mil	5-10 mil	10-50 mil	50-200 mil	> 200 mil	Todos	n Municípios
Sem candidato a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,04%	0%	0%	0%	0%	0%	37.752
Com candidato a prefeito	26%	11%	6%	1%	0%	11%	439
Número baixo de candidatos a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,31%	0,16%	0,08%	0,02%	0,01%	0,14%	41.608
Com candidato a prefeito	0,44%	0,23%	0,10%	0,03%	0,01%	0,22%	3.485
Número alto de candidatos a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,71%	0,35%	0,18%	0,06%	0,03%	0,29%	29.456
Com candidato a prefeito	0,84%	0,42%	0,23%	0,09%	0,04%	0,39%	11.326
Todos	0,29%	0,15%	0,08%	0,04%	0,02%	0,14%	108.816

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE sobre a filiação individual.

Constatamos que as filiações partidárias se concentram no ano que antecede as eleições municipais no Brasil. Identificamos que entre os fatores que influenciam as taxas de filiação estão o número de candidatos à Câmara e a presença de candidatos à prefeitura. Finalmente chegamos à conclusão que esta dinâmica de filiação no ano pré-eleitoral depende fortemente do tamanho dos municípios.

Analisando estes dados para os diferentes partidos (tabela 2) verificamos intensidades diferentes de filiação, com 0,13% e 0,14% filiados novos no ano pré-eleitoral para os PP e DEM e 0,22%, 0,22% e 0,21% para o PSDB, PT e PSB, respectivamente. A maior taxa de filiação é do PMDB, somando 0,27% filiados a cada 100 eleitores. A dependência da filiação das candidaturas para a Câmara de Vereadores e para a Prefeitura é reproduzida da mesma forma em todos os partidos analisados.

Tabela 2. Novas filiações no período de 2008 a 2012 e as candidaturas na eleição de 2012 pela ótica dos partidos

Apresentação de candidaturas	Tamanho do Município						
	PR	DEM	PSDB	PMDB	PT	PSB	Todos
Sem candidato a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,02%	0,02%	0,03%	0,05%	0,05%	0,04%	37.752
Com candidato a prefeito	0,23%	0,11%	0,14%	0,09%	0,07%	0,11%	439
Número baixo de candidatos a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,11%	0,11%	0,14%	0,15%	0,15%	0,18%	41.608
Com candidato a prefeito	0,18%	0,20%	0,29%	0,22%	0,23%	0,26%	3.485
Número alto de candidatos a vereador							
Sem candidato a prefeito	0,20%	0,21%	0,26%	0,23%	0,28%	0,28%	29.456
Com candidato a prefeito	0,38%	0,42%	0,41%	0,44%	0,31%	0,40%	11.326
Todos	0,13%	0,14%	0,22%	0,27%	0,22%	0,21%	108.816

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE sobre a filiação individual.

A análise estatística confirma que o número de candidatos a vereador nas eleições 2012 é o fator que mais explica a densidade das novas filiações no ano 2011. Quanto mais candidatos o partido teve, mais novos filiados recrutou. As candidaturas à prefeitura também têm influência positiva sobre as novas filiações, mas o impacto é menor. Este é o resultado de uma análise linear multivariada, que permite validar a influência das candidaturas controlando o peso de outros fatores que poderiam ter influência sobre o recrutamento. Além das candidaturas, quais fatores poderiam influenciar a dinâmica da filiação no ano pré-eleitoral? Seria possível que as novas filiações fossem simplesmente uma extração da taxa de filiação anterior. Quanto mais filiados o partido tiver, mais novos filiados conseguirá incorporar. Uma possibilidade alternativa seria que partidos com poucos filiados estariam mais propensos a este influxo de novos membros do que os partidos mais consolidados. Para responder esta questão incluímos a *tasa de filiação antes de 2011* como variável de controle.

Também perguntamos se a filiação é consequência tardia do sucesso eleitoral nas últimas eleições municipais. Partidos que tiveram mais votos em 2008 estão mais fortemente representados na Câmara Municipal. A presença de representantes públicos em cargos eletivos proporciona acesso a recursos institucionais da Câmara de Vereadores ou à intermediação de serviços municipais. Esta presença em cargos políticos dinamiza o processo de novas filia-

ções no ano pré-eleitoral? Incluímos a variável *porcentagem de votos nas eleições de 2008* para testar esta hipótese.

As nossas variáveis de interesse, a presença de candidatos a vereador e a prefeito, também estão incluídas na análise. O número de vereadores é medido pela porcentagem de *candidatos a vereador por vaga*, para levar em conta a densidade das candidaturas e evitar distorções em função do tamanho das Câmaras de Vereadores. Em relação à disputa pela prefeitura incluímos uma variável dicotômica que indica a *presença de um candidato do partido à prefeitura*.

Finalmente, para avaliar se a filiação segue uma dinâmica diferente dependendo do tamanho do município, como a análise descritiva sugeriu, incluímos a variável *número de eleitores*. Todas as variáveis foram calculadas em porcentagens e transformadas para o logaritmo natural, para aproximar-las do padrão da distribuição normal.

Os resultados da análise indicam que todas as variáveis incluídas no modelo influenciam a dinâmica de recrutamento de novos filiados no ano pré-eleitoral (2011). O modelo explica 52% da variação na filiação no ano 2011 (Tabela 3). A influência dos fatores varia como mostra a tabela 4. Os coeficientes beta estandardizados (com escala entre -1 e +1) indicam a direção e o peso relativo de cada fator em relação ao conjunto de variáveis explicativas incluídas no modelo. A variação do número de candidatos a vereador é o fator que mais ajuda a explicar a taxa de novas filiações (beta estandardizado 0,708). Quanto mais candidatos a vereador, mais novos filiados. Igualmente os partidos que apresentaram candidatos à prefeitura tiveram mais filiações, mas o impacto foi menor (0,029).

Tabela 3: Resumo do modelo de análise multilinear com novas filiações em 2011 como variável dependente

Modelo de Regressão Multivariada			
R	R2	R2 ajustado	Erro padrão
0,722	0,521	0,521	3,80880
Variável dependente:			
Porcentagem de novos filiados em 2011, por partido (log)			
Variáveis independentes:			
Eleitores em 2012, por município (log)			
Porcentagem de votos a vereador, por partido em 2008 (log)			
Porcentagem de filiados anterior a 2011, por partido (log)			
Candidatos a vereador por vaga em 2012, por partido (log)			
Candidato à Prefeitura em 2012, por partido (binária)			

As outras variáveis foram incluídas para fins de controle, mas os resultados são igualmente interessantes. O valor negativo (-0,087) em relação ao tamanho do eleitorado confirma a observação das estatísticas descritivas. A taxa de novas filiações é menor nos municípios maiores. Um resultado surpreendente é o impacto negativo da filiação anterior (-0,158). Os partidos que já tiveram grande número de filiados incorporaram menos novos membros. Nos partidos que contam com poucos filiados a filiação no ano pré-eleitoral é mais expressiva. Finalmente a porcentagem de votos para vereadores na última eleição tem um impacto positivo, mas moderado sobre as novas filiações (0,019). Este resultado sugere que os vereadores eleitos não são atores importantes na conquista de novos filiados.

Tabela 4: Coeficientes de correlação da análise multilinear com novas filiações em 2011 como variável dependente

Variáveis dependentes	Coeficientes não estandardizados (B)	Erro padrão	Coeficientes estandardizados (Beta)	t	Significância	Colinearidade (tolerância)	Colinearidade (VIF)
Constante	8,064	0,111		72,630	0,000		
Eleitores em 2012, por município (log)	- 0,425	0,011	- 0,087	- 39,071	0,000	0,938	1,067
Porcentagem de votos a vereador, por partido em 2008 (log)	- 0,279	0,005	- 0,158	- 58,917	0,000	0,651	1,535
Porcentagem de filiados anterior a 2011, por partido (log)	0,013	0,002	0,019	6,334	0,000	0,545	1,835
Candidatos a vereador por vaga em 2012, por partido (log)	2,135	0,008	0,708	268,663	0,000	0,674	1,484
Candidato à Prefeitura em 2012, por partido (binária)	0,453	0,036	0,029	12,495	0,000	0,851	1,175

Para a interpretação dos resultados devemos novamente lembrar o nosso ponto de partida. Queríamos saber quais fatores ajudam a explicar o surto de

novas filiações no ano pré-eleitoral. A suspeita que os pretendentes para disputar a próxima eleição municipal sejam os responsáveis foi confirmada. Devido ao número maior de candidatos a vereador, estes acabam pesando mais do que os candidatos a prefeito. Entre os outros fatores o tamanho dos municípios é o importante. Quanto maior o município, menor a taxa de novas filiações. Outros fatores são igualmente importantes. Controlando por fatores adicionais testamos se a filiação se explica como extração da taxa de filiação do passado. Partidos com muitos filiados recrutariam proporcionalmente mais novos filiados que as legendas menores? A resposta é sim. Quanto maior a taxa de filiação anterior maior o número de novos filiados. No caso dos votos no passado a relação é negativa, mas modesta. Quanto mais votos na eleição em 2008, menos novos filiados em 2011. Esta análise não é exaustiva, e precisamos buscar outras variáveis que possam explicar as altas taxas de novas filiações. Porém, o modelo apresentado é um ponto de partida para novas pesquisas para explicar a dinâmica da filiação partidária.

O IMPACTO DAS FILIAÇÕES SOBRE A DISPUTA ELEITORAL

Apartir da análise descritiva dos dados sobre o momento no qual ocorre o recrutamento de novos filiados lançamos a hipótese de que as novas filiações estariam vinculadas à atuação de possíveis candidatos na fase preparatória das eleições. Depois esta suspeita recebeu mais sustentação estatística quando descobrimos que a intensidade da filiação está intimamente vinculada à densidade de candidaturas de cada partido nas eleições municipais. O objetivo desta análise era entender as causas e os fatores que influenciam a filiação partidária no Brasil.

Agora invertemos a ótica, perguntando se a filiação partidária em 2011 tem impacto sobre o processo eleitoral em 2012. Estes filiados novos ajudam na mobilização durante a campanha eleitoral? Os partidos que tem taxas maiores de filiação no ano pré-eleitoral também apresentam um desempenho melhor nas urnas? Para testar a influencia de outros fatores e aferir melhor o peso relativo das novas filiações incluímos como variáveis adicionais os *votos obtidos na última eleição municipal em 2008*. Afinal, a despeito da volatilidade eleitoral nas eleições no Brasil os resultados eleitorais tendem a se repetir.

Outro fator importante é o número de candidatos apresentados pela legenda para disputar as eleições. Partidos que dependem dos nomes dos candidatos na sua lista terão um desempenho maior em função dos nomes e o

número de candidatos apresentados. A inclusão do número de *candidatos a vereador por vaga* controla o modelo pela influencia deste fator.

Também foi incluída na equação a presença de uma eventual *candidatura do partido à prefeitura*. Um candidato do partido para disputar a prefeitura pode “puxar” votos para os candidatos para a Camara de Vereadores.

A variável explicativa que nos interessa aqui é a *taxa de novas filiações em 2011*. Queremos saber se estes novos membros recém-recrutados pelos candidatos que disputam as eleições, também tem um impacto sobre a dinâmica da campanha eleitoral.

Acrescentamos a variável *taxa de filiação anterior a 2011* à análise para controlar se os filiados mais antigos são mobilizados como multiplicadores durante a campanha eleitoral. Afinal, quem faz mais diferença: os filiados de longa data ou os recrutados no ano anterior às eleições? Novamente, todas as variáveis foram usadas como porcentagens e transformadas em logaritmo natural, para fins estatísticos. A análise é separada por municípios de tamanho diferente para verificar se o peso dos novos filiados varia com o porte dos municípios.

A tabela 5 mostra que os nossos cinco fatores conseguem explicar entre 34% e 62% da variação dos votos para a Camara de Vereadores na eleição 2012. O poder explicativo do modela cai com o tamanho do município. Esta diferença indica que as eleições no âmbito da política dos municípios pequenos seguem regras diferentes em comparação com as metrópoles.

Uma segunda constatação é que o peso relativo destes diferentes fatores varia conforme o tamanho dos municípios (tabela 6). No ambiente dos micro e pequenos municípios a taxa de novas filiações em 2011 influencia as eleições positivamente. Porém, o impacto é moderado (beta estandardizado 0,079). Nos municípios maiores os números de novas filiações tem um impacto maior sobre o resultado eleitoral (0,182).

Isto mostra que as filiações partidárias são um elemento importante na política municipal. Mesmo que tenham sido desencadeadas no contexto dos preparativos para a próxima eleição, elas acabam influenciando o sucesso eleitoral e tornam-se um indicador importante para prever o resultado das urnas.

A nossa primeira variável de controle, as filiações acumuladas antes de 2011 impactam negativamente sobre os resultados eleitorais. Quanto maior a taxa de filiação, menor a porcentagem de votos. Este impacto negativo se mantém em municípios de todos os tamanhos (-0,068 a -0,094).

A variável que mais influencia os resultados das eleições para vereador é o número de candidatos disputando as eleições (beta estandardizado entre

0,697 e 0,865). Isto confirma a hipótese segundo a qual os resultados das eleições dependem em boa parte do número e qualidade dos candidatos apresentados. O impacto desta variável é maior em municípios pequenos do que em municípios grandes.

A votação na eleição anterior em 2008 tem um peso moderado para entender o resultado do pleito seguinte (0,095 a 0,125). É interessante notar que somente nos municípios abaixo de 5 mil eleitores a votação anterior supera a importância das novas filiações. Nos municípios maiores a relação se inverte. A filiação de novos membros é mais importante do que os votos na eleição anterior para prever o resultado eleitoral em 2012.

A presença de candidatos à prefeitura tem impacto negativo sobre as eleições para a Câmara de Vereadores. O efeito é mais forte nos municípios menores (-0,070). Este resultado contraria a hipótese do puxador de voto. Uma interpretação seria que o lançamento de um nome para disputar a prefeitura tenha um impacto negativo sobre os resultados nas eleições para a Câmara de Vereadores porque este candidato em outras circunstâncias estaria disputando votos para a sigla nas eleições para a Câmara de Vereadores. Dentro de uma cultura personalista, o lançamento do nome mais forte do partido à prefeitura tem um impacto negativo sobre os votos para a Câmara de Vereadores.

Tabela 5: Resumo da análise multilinear com votos para vereador em 2012 como variável dependente

Modelo de Regressão Multivariada				
Porte do município	R	R2	R2 ajustado	Erro padrão
<5 mil	0,629	0,396	0,395	0,816
5-10 mil	0,587	0,344	0,344	0,959
10-50 mil	0,604	0,364	0,364	1,096
50-200 mil	0,686	0,470	0,470	1,034
<200 mil	0,785	0,616	0,616	0,928

Variável dependente:

Porcentagem de votos a vereador por partido em 2012 (log)

Variáveis independentes:

EPorcentagem de votos a vereador, por partido em 2008 (log)

Porcentagem de filiados anterior a 2011, por partido (log)

Porcentagem de novos filiados em 2011, por partido (log)

Candidatos a vereador por vaga em 2012, por partido (log)

Candidato à Prefeitura em 2012, por partido (binária)

Tabela 6: Coeficientes de correlação da análise multilinear com votos para vereador em 2012 como variável dependente

Tamanho dos municípios	Variáveis dependentes	Coeficientes não estandardizados (B)	Erropadrão	Coeficientes standardizados (Beta)	t	Significância	Colinearidade (Tolerância)	Colinearidade (VIF)
<5 mil	Constante	2,20	0,057		38,8	0,000		
	Porcentagemdevotossavereador,p orpartidoem2008(log)	0,09	0,003	0,095	27,5	0,000	0,479	2,088
	Porcentagedefiliadosanteriora 2011,porpartido(log)	-0,15	0,007	-0,068	-21,4	0,000	0,576	1,737
	Porcentagemdenovosfiliadosem 2011,porpartido(log)	0,09	0,004	0,079	22,5	0,000	0,471	2,123
	Candidatosavereadorporvagaem 2012,porpartido(log)	3,49	0,016	0,865	221,7	0,000	0,379	2,635
	CandidatoàPrefeituraem2012,po rpartido(binária)	-1,37	0,053	-0,070	-25,9	0,000	0,801	1,249
5-10 mil	Constante	2,47	0,052		47,1	0,000		
	Porcentagemdevotossavereador,p orpartidoem2008(log)	0,09	0,003	0,096	29,5	0,000	0,535	1,869
	Porcentagedefiliadosanteriora 2011,porpartido(log)	-0,17	0,007	-0,077	-25,5	0,000	0,622	1,608
	Porcentagemdenovosfiliadosem 2011,porpartido(log)	0,13	0,004	0,105	30,1	0,000	0,468	2,135
	Candidatosavereadorporvagaem 2012,porpartido(log)	3,20	0,015	0,830	219,5	0,000	0,396	2,527
	CandidatoàPrefeituraem2012,po rpartido(binária)	-1,18	0,052	-0,059	-22,6	0,000	0,836	1,197
10-50 mil	Constante	2,62	0,040		65,6	0,000		
	Porcentagemdevotossavereador,p orpartidoem2008(log)	0,08	0,002	0,096	37,1	0,000	0,589	1,697
	Porcentagedefiliadosanteriora 2011,porpartido(log)	-0,15	0,005	-0,066	-27,5	0,000	0,689	1,451
	Porcentagemdenovosfiliadosem 2011,porpartido(log)	0,16	0,004	0,128	44,7	0,000	0,482	2,075
	Candidatosavereadorporvagaem 2012,porpartido(log)	2,88	0,011	0,796	256,4	0,000	0,409	2,444
	CandidatoàPrefeituraem2012,po rpartido(binária)	-1,07	0,041	-0,056	-26,3	0,000	0,862	1,161
50-20 mil	Constante	2,92	0,077		37,8	0,000		
	Porcentagemdevotossavereador,p orpartidoem2008(log)	0,08	0,005	0,101	16,9	0,000	0,567	1,762
	Porcentagedefiliadosanteriora 2011,porpartido(log)	-0,11	0,011	-0,059	-10,8	0,000	0,697	1,434
	Porcentagemdenovosfiliadosem 2011,porpartido(log)	0,17	0,008	0,129	19,8	0,000	0,485	2,063
	Candidatosavereadorporvagaem 2012,porpartido(log)	2,44	0,022	0,776	109,2	0,000	0,404	2,475
	CandidatoàPrefeituraem2012,po rpartido(binária)	-0,64	0,072	-0,042	-8,9	0,000	0,911	1,097
<200 mil	Constante	3,39	0,129		26,1	0,000		
	Porcentagemdevotossavereador,p orpartidoem2008(log)	0,09	0,010	0,125	9,3	0,000	0,469	2,131
	Porcentagedefiliadosanteriora 2011,porpartido(log)	-0,15	0,018	-0,094	-8,4	0,000	0,656	1,525
	Porcentagemdenovosfiliadosem 2011,porpartido(log)	0,25	0,019	0,182	13,1	0,000	0,433	2,311
	Candidatosavereadorporvagaem 2012,porpartido(log)	1,99	0,044	0,697	44,9	0,000	0,346	2,890
	CandidatoàPrefeituraem2012,po rpartido(binária)	-0,01	0,098	-0,001	-0,1	0,890	0,955	1,048

Analisamos os dados da filiação partidária disponibilizados pela justiça eleitoral com a finalidade de identificar possíveis padrões de filiação nos últimos dez anos, descrevendo e comparando as taxas de filiação em diferentes regiões, em municípios de diferentes tamanhos e entre partidos.

Observamos que a taxa de filiação gira em torno de 10% da população apta a votar, e que a taxa está com tendência crescente, porém em ritmo moderado. Esta taxa é relativamente alta se comparada com dados sobre a filiação partidária em países da Europa ocidental, onde a filiação partidária é uma marca dos partidos de massa e onde pesquisas indicando a tendência ao declínio do número de filiados levou a uma literatura sobre a crise deste modelo de partidos. Ainda descrevendo os dados identificamos que a intensidade da filiação varia bastante entre os municípios, dependendo do tamanho e da localização dos municípios. As taxas de filiação são maiores nos municípios pequenos, chegando a taxas de filiação de 1 em cada 4 eleitores. Da mesma forma, as regiões de centro-oeste e sul apresentam taxas de filiação maiores enquanto a região do nordeste se destaca pelas taxas de filiação mais baixas.

Apesar da taxa relativamente constante de eleitores filiados na última década houve mudanças significativas na distribuição dos filiados entre os principais partidos brasileiros. O PMDB ainda mantém a sua posição como partido com maior número de filiados, mas as suas taxas de filiação estão em declínio. Outros partidos em declínio menos acentuado são o PP e o DEM. No outro lado estão os partidos que ganharam espaço. Em primeiro lugar o PT teve as taxas de crescimento mais expressivas, seguido pelo PSB. Finalmente o PSDB conseguiu crescer, porém de forma menos expressiva.

Após esta análise descritiva exploramos os dados na busca por uma resposta à pergunta o que significa a filiação partidária no Brasil? Quem se filia, quando, motivado por que e com quais consequências? Na falta de uma resposta sistemática a esta pergunta a partir de *surveys* com filiados identificamos alguns indicadores nos dados sobre a filiação que poderiam nos ajudar a responder esta questão. A partir deste momento voltamos a nossa atenção para as novas filiações, desconsiderando os dados sobre o numero agregado de filiados. Em primeiro lugar olhamos para o momento da filiação, um dado registrado na justiça eleitoral que poderá oferecer indícios sobre os motivos pelos quais eleitores se filiam a partidos políticos. Olhando as novas filiações pela ótica do tempo identificamos padrões claros de um ciclo de filiação, com picos expressivos em momentos específicos. A interpretação deste “cardiograma”

ma” da filiação partidária no Brasil se revelou uma chave importante para decifrar a filiação e o seu contexto causal.

As hipóteses iniciais sobre a filiação pré-eleitoral no contexto da mobilização nas ruas, ou pós eleitoral motivadas pelos benefícios esperados por meio dos novos ocupantes do poder não se confirmaram. Os eleitores são recrutados como filiados em sua grande maioria antes da data limite para o registro das candidaturas para as eleições municipais (e em menor intensidade das eleições nacionais) e também antes das convenções partidárias. A filiação partidária parece ser o primeiro passo para preparação dos potenciais candidatos para a disputa intrapartidária pela nomeação dos candidatos. Os potenciais candidatos são o motor atrás das novas filiações, seja porque ainda não são filiados ou mudam de um partido para outro, seja porque trazem novos filiados para os partidos para firmar a sua posição para uma possível disputa na nomeação como candidatos do partido.

Testamos esta hipótese estatisticamente, identificando que os fatores mais importantes para explicar a intensidade da filiação no ano pré-eleitoral são o número de candidatos a vereador e a presença de candidatos à prefeitura. Em função do número maior os primeiros acabam pesando mais que os candidatos a prefeito. O tamanho dos municípios tem um papel igualmente importante. Com isto fortalecemos a hipótese que o posicionamento pré-eleitoral para preparação para as nomeações e possíveis disputas intrapartidárias são o motor da filiação partidária no Brasil. Esta análise não se entende como exaustiva, mas apenas preparatória para investigações mais aprofundadas sobre os motivos e incentivos para a filiação partidária no Brasil.

Na última parte invertemos a ótica, tentando aferir até que ponto a filiação partidária impacta sobre o processo eleitoral. Identificamos que as novas filiações em 2011 junto com outros fatores são importantes determinantes do sucesso eleitoral em 2012. O papel das novas filiações é mais importante nos municípios maiores. Nos municípios menores a presença de um candidato a prefeito acaba pesando negativamente para o sucesso do partido nas eleições para a Câmara de Vereadores. A correlação positiva entre as novas filiações e os votos na próxima eleição não indica necessariamente que estes sejam os agentes responsáveis pelo sucesso na disputa eleitoral. Uma hipótese alternativa seria que a eficiência dos candidatos na mobilização de filiados se reflete também em maior eficiência durante a organização da campanha eleitoral. Pesquisas adicionais recorrendo a outras fontes de dados são necessárias para esclarecer estas questões.

Porém, um dado aparentemente paradoxal é a relação entre a maior intensidade da filiação nos municípios pequenos, constatada na parte descritiva do artigo, e o menor impacto da filiação sobre as eleições justamente nestes municípios menores. Uma interpretação coerente seria que a filiação assume características diferentes dependendo do contexto mais paroquial ou mais metropolitano do município. No primeiro caso as filiações parecem mais motivadas pela necessidade de posicionamento intrapartidário, na disputa pelas indicações dos candidatos, enquanto no segundo caso a filiação se dá no mesmo momento, mas reverte em um ambiente menos personalizado e em impacto positivo nas disputas eleitorais. Os filiados ou a capacidade dos candidatos recrutarem novos filiados fazem diferença também nas campanhas.

Bruno Wilhelm Speck, é doutor em ciência política pela universidade de Freiburg/Alemanha, professor de ciência política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pesquisador do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) daquela universidade e consultor de organizações como International Institute for Democracy and Electoral Systems (IDEA, Suécia), International Foundation for Electoral Systems (IFES, EUA) e o Christian Michelsen Institute (CMI, Noruega). Ele atuou como consultor sênior para Transparency International (TI, Alemanha) e publicou livros e artigos sobre financiamento de partidos e campanhas eleitorais e sobre sistemas de accountability e auditoria governamental.

BIBLIOGRAFIA

- BIEHL, Heiko. Parteimitglieder im Wandel. *Partizipation und Repräsentation*, Wiesbaden , VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2005.
- BIEZEN, Ingrid van, Peter MAIR, Thomas POGUNDKE. Going, going, . . . gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, vol. 51, no. 1, p. 24–56, 2012
- DESPOSATO, Scott. The Impact of Party-Switching on Legislative Behavior in Brazil, unpublished paper, (July 8, 2005), available at <http://faculty.virginia.edu/partyswitching/papers/cv05-desposato.pdf>
- DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos (1951). Brasília: Editora UnB, 1980
- KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, vol. 7, no. 1, p. 5-21, 1995.
- KINZO, Maria d'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, no. 57, p. 65–81, 2005.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. 11, no. 2, p. 249-286, 2005.
- MAIR, Peter; BIEZEN, Ingrid van. Party Membership in Twenty European Democracies. *Party Politics*, vol. 7, no. 1, p. 5-21, 2001.
- MARENCO, André dos Santos. Sedimentação de lealdades partidárias no Brasil: Tendências e descompassos. *RBCS*, vol. 16, no. 45, p. 69-83, 2001.
- MELO, Carlos Ranulfo; MIRANDA, Geralda Luiza de. Migrações e partidos no governo Lula, 5o. Encontro da ABCP, 26 a 29 de julho BH/MG, 2006.
- PAIVA, Denise; BOHN, Simone. A volatilidade eleitoral nos estados. Sistema partidário e democracia no Brasil. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, vol. 17, no. 33, p. 187-208, 2009.
- PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de partido*. Organização e poder nos partidos políticos (1982), São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEDERSEN, Mogens N. The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility. *European Journal of Political Research*, vol. 7, no. 1, p. 1-26, 1979.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, no. 4, 2003, p. 735-771, 2003.
- SAMUELS, David. Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, vol. 48, no. 2, p. 1-27, 2006.
- SCARROW, Susan E.; GEZGOR, Burcu. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics*, vol. 16, no. 6, p. 823-843, 2010.
- SPIER, Tim; KLEIN, Markus; ALEMANN, Ulrich von; HOFFMANN, Hanna; LAUX, Annika; NONNENMACHER, Alexandra; ROHRBACH, Katharina (org). Parteimitglieder in Deutschland, Wiesbaden, VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.